

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Paulo Machado, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Daelson Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça; Augusta Umeda Kuhn, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Darci Bertholdo, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Coronel Eduardo da Silva, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Helenita Caiado de Acioli, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); a Subsecretária de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, Ana Emília Gazel Jorge; O Gerente de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, Capitão Gustavo Debortoli; o Secretário Especial de Estado de Defesa Social do Pará (SEDS/PA), Manoel Santino; a Assessora de Planejamento da SEDS/PA, Silvia Moreira Bastos, e Major Marco Antonio Rocha, também da SEDS/PA. Iniciada a reunião, o Presidente anunciou os assuntos da pauta, a saber: 1) Aprovação das Atas das 29ª e 30ª Reuniões Ordinárias e 7ª Reunião Extraordinária; 2) Apreciação de 13 projetos apresentados pelos Estados; 3) Exposição Apresentação de Informações pela representante do Estado do Espírito Santo e pelo representante do Estado do Pará.

DELIBERAÇÕES: Por decisão do Conselho as atas foram apreciadas individualmente pelos membros.

Foi acordado entre os conselheiros que a pauta seria iniciada pela apresentação de informações dos representantes estaduais.

Assim sendo, o Presidente da sessão concedeu a palavra a Subsecretária de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, Ana Emília Gazel Jorge, a qual fez uma exposição breve sobre o quadro da Segurança Pública no Estado de Espírito Santo. Em seguida, a Subsecretária apresentou o Gerente de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado, Capitão Gustavo Debortoli, convidando-o a fazer uma explanação sobre os investimentos do Fundo naquele Estado. O Capitão Gustavo Debortoli fez uma exposição destacando os seguintes aspectos: Diagnóstico dos principais problemas na Segurança Pública do Estado, encontrados pelo atual Governador ao assumir o cargo; Relato sobre a execução dos Convênios: 080/2001 e 041/2003, salientando que foi por meio da parceria destes convênios que foi possível reestruturar a Segurança Pública do Estado. Disse também que tais convênios possibilitaram ao Estado investir nas áreas de tecnologia da informação; armamento e equipamento; laboratórios de polícia técnico-científica, tendo sido implantado no Estado os laboratórios de fonética forense, de documentoscopia, de toxicologia, de fotografia e de antropologia forense. Informou, ainda, que o Estado do Espírito Santo, a fim de otimizar os recursos tecnológicos adquiridos, procurou fazer uma conexão entre todos os dados coletados no Estado. Assim, no campo da gestão de informações, os investimentos proporcionaram a implantação do laboratório de geoprocessamento, que permitiu que os recursos das agências policiais fossem utilizados de maneira mais inteligente, identificando em tempo real a localização dos chamados de emergência e das viaturas policiais; permitiu também oferecer informações mais precisas dos locais de ocorrência de crimes (geoestatística) aos gestores dos níveis operacional, tático e estratégico das polícias e demais órgãos da estrutura de defesa social proporcionando mais efetividade no desenvolvimento de políticas públicas de segurança. Nesta oportunidade, o Capitão Gustavo Debortoli respondeu diversos questionamentos dos Conselheiros sobre o uso do geoprocessamento e sua importância no mapeamento dos locais de alta concentração criminal, para as operações policiais e para a sociedade. O Capitão Gustavo Debortoli encerrou a exposição ressaltando que tais investimentos proporcionaram ao Estado, resultados expressivos como: Melhoria no atendimento ao público; Qualificação técnica (geoprocessamento e análise criminal); Redução dos índices de homicídio; Redução dos roubos e furtos em geral e Aumento do

número de prisões e detenções. Ao retomar a palavra a Subsecretaria Ana Emília Gazel Jorge solicitou que fosse consignado em ata que todos os investimentos feitos pelo Estado do Espírito Santo em segurança pública, nos anos de 2003 e 2004, foram realizados por intermédio do FNSP, em virtude do enorme endividamento do Estado, que não permitia ao novo governo a realização de despesas que não fosse custeio e pessoal para resgatar o equilíbrio financeiro de suas contas e sua credibilidade ante aos fornecedores. Finalizou sua participação ressaltando que os recursos do Fundo foram aplicados com responsabilidade e denodo causando uma significativa melhora na segurança Pública do Estado.

Na seqüência, o Conselheiro Paulo Machado passou a palavra para o Secretário Especial de Estado de Defesa Social do Pará, Manuel Santino. O Secretário iniciou a explanação situando o Estado do Pará no contexto da Federação, destacando as principais características do Estado. Em seguida, salientou que o Estado é dividido administrativamente por mesorregiões, passando a explicar de maneira pormenorizada os problemas existentes em uma cada das 06 mesorregião, com um enfoque maior na mesorregião denominada Sudoeste do Pará, onde está localizada a chamada terra-do-meio. Após a conclusão deste assunto, o Secretário passou a palavra para a Assessora de Planejamento da SEDS/PA, Silvia Moreira Bastos, que de forma detalhada explicou os principais aspectos sócio-econômicos do Pará. Ao retomar a palavra, o Secretário passou a falar sobre os principais eixos rodoviários do Estado. Neste contexto, voltou destacar os problemas da chamada terra-do-meio ressaltando que foi nesta região que a irmã Dorothea foi assassinada. Informou, que o Estado está apresentando um projeto de expansão da rede de comunicação por ser este um dos maiores problemas daquela região. Exemplificou que o maior problema enfrentado pelo Estado nas investigações do crime que vitimou a irmã Dorothea, foi a questão da comunicação, por que em Anapú só existia um telefone comunitário na porta da delegacia de polícia e celular não tem sinal. O Conselheiro Paulo Machado solicitou ao Secretário que antes de passar para o próximo assunto, que ele gostaria de informar a existência de uma proposta do Ministério da Justiça que está sendo discutida no âmbito do GSI, que é a instalação quatro delegacias da Polícia Federal e três postos da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Pará. Salientou que esta proposta está dependendo de acertos orçamentários, mas que é uma posição do Governo no sentido de manutenção da ordem na região. Após estes esclarecimentos, o mesmo Conselheiro perguntou ao Secretário Manoel Santino se o Governo do Pará teria algum terreno ou edificação que pudesse ser cedida ao Governo Federal para facilitar esse tipo de implementação no Estado. O Secretário do Pará respondeu que o Governo do Estado sempre se colocou à disposição do Governo Federal, independentemente de coloração partidária e declarou que qualquer parceria é sempre bem-vinda. Ressaltou, também, que o Estado já havia colocado postos da Polícia Rodoviária Estadual e também terrenos à disposição do Governo Federal, na ocasião em que esteve, em Brasília, no dia 16 de fevereiro do corrente, quatro dias após o assassinato da irmã Dorothea, em reunião presidida pelo Senhor Presidente da República em Exercício, José de Alencar, com a participação de onze Ministros e do Governador do Estado do Pará, onde ficou acordado que o Estado teria a presença permanente do Governo Federal, sendo, inclusive, dito que semanalmente um Ministro estaria despachando no Estado do Pará. O Secretário informou, também, que, neste mesmo dia, o Governador e ele estiveram neste Ministério em reunião com o Senhor Ministro da Justiça, presente também o Comandante do Exército, o General Jorge Armando Félix, onde ficou decidido que uma ação emergencial seria implementada na área de segurança pública do Estado. Ainda sobre este assunto, o Secretário declarou que dias depois recebeu um ofício do Doutor Daelson Oliveira Viana informando os valores que seriam disponibilizados ao Estado em transferência voluntária e aquisição direta no exercício de 2005, destacando que o Estado não havia recebido recursos até a presente data em virtude do contingenciamento. O Conselheiro Paulo Machado disse que entendia a preocupação do Secretário e que havia apresentado uma proposta do Ministério da Justiça referente à questão da necessidade de expansão da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária, que não está no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública. Em seguida, o Secretário Manoel Santino passou a falar sobre a reforma administrativa implementada no Estado, destacando a criação de uma administração matricial, composta por sete secretarias especiais e um colegiado de gestão estratégica que é presidido pelo Governador. O Secretário explicou o papel da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria de Segurança Pública. Neste contexto, a Conselheira Helenita Caiado de Acioli declarou que estava

muito sensibilizada quanto à situação do Pará, porque o Estado é realmente grande e com questões muito complicadas. A Conselheira solicitou que fosse colocada à disposição do Conselho informação sobre os recursos do FNSP a serem repassados no exercício de 2005, objetivando a comparação entre os recursos do Estado do Pará e os demais Estados. O Secretário Manoel Santino ressaltou que era necessário tratar os desiguais de forma desigual, pois ninguém faz justiça social tratando o todo de modo igual. Na seqüência, o Secretário passou a citar os investimentos do Estado em Segurança Pública, destacando: construções, reformas, reaparelhamento, modernizações diversas, capacitação, viaturas operacionais, helicópteros, implantação de novas delegacias, seccionais, divisões, dentre outros. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli questionou se estes investimentos estavam sendo feitos com recursos do Fundo. O Secretário respondeu que estes investimentos estão sendo feitos com os recursos do Estado e informou que os recursos do Fundo incluem viaturas e equipamentos pessoais, armamentos, munição e também estão viabilizando ações de combate ao crime organizado, implantação do CIOPS, da polícia comunitária e da Delegacia virtual, dentre outros. O Secretário Manoel Santino ao concluir a apresentação desculpou-se pela longa explanação, ressaltando que não poderia deixar de expor, diante deste importante colegiado, os assuntos ali apresentados. O Conselheiro Paulo Machado agradeceu a presença dos convidados destacando que as exposições e as considerações efetuadas pelos representantes dos Estados tinham sido bem compreendidas pelos Conselheiros. O mesmo Conselheiro ponderou que em razão das apresentações terem demandado um longo tempo, não seria possível o cumprimento do restante da pauta. Diante o exposto, os conselheiros decidiram fazer uma reunião extraordinária no dia 19/10/2005. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezoito horas e dez minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Paulo Machado

Presidente do Conselho Gestor
Ministério da Justiça

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República